

## 24/04/2015 – Comitê de Investimentos

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osieo Hecher, Sílvia Moraes Stefani Lima e Sirleide da Silva. Aberta a reunião, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório das Aplicações Financeiras**, conforme processo **IPMU/033/2015**. O grande destaque, no mês de março foi a forte desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar americano, e uma recomposição de prêmio de risco nos ativos, notadamente nas taxas de juros, fruto de uma percepção de maior risco político e um quadro fiscal pior que o esperado. No mercado global, o Dólar manteve a tendência de valorização frente às principais moedas. **Estados Unidos**. Ainda que com menor intensidade, a recuperação econômica segue robusta e consistente. O FED (Banco Central Americano) continua dando sinais de moderação na sinalização da provável alta de juros na economia americana, que deve começar a subir no 2º semestre de 2015. Não apenas por conta da inflação baixa, mas, sobretudo, pelo dólar que se valorizou bastante e tirou parte da competitividade das empresas americanas. Essa estratégia seria no intuito de não gerar nenhum movimento precipitado dos investidores e também para aguardar os impactos da valorização do Dólar na pauta exportadora do país. O FED deu um passo adicional em direção a normalização da política monetária ao eliminar sua estratégia de orientação futura, tornando-se cada vez mais dependente da agenda de dados a serem divulgados (emprego, inflação, atividade econômica, juros). O PIB americano subiu 2,4% em 2014, motivado pelo maior aquecimento do mercado de trabalho, que no ano passado gerou mais de 3 milhões de vagas na economia. O país segue com crescimento robusto em 2015, apresentando taxa ao redor de 3%. O mercado de trabalho continua com uma criação de emprego ao redor dos 300 mil ao mês. Como a taxa de desemprego está em 5,5%, abaixo da meta de 6% do Banco Central Americano e próxima à taxa de desemprego de longo prazo de 5,1%, é possível que haja menos ociosidade na oferta de trabalho e que a criação de empregos diminua. **Zona do Euro**. A região ainda está digerindo o programa de injeção de liquidez monetária implementado pelo Banco Central Europeu, que iniciou seu programa de expansão monetária em março e está tendo sucesso. A ideia é injetar na economia, entre março de 2015 e setembro de 2016, € 60 bilhões por mês. A questão da solvência da Grécia ainda preocupa os investidores e autoridades, uma vez que a sinalização do governo grego é de que o mesmo teria dificuldades de honrar seus compromissos. A perspectiva melhor para a economia é confirmada nos números de confiança dos consumidores, da indústria e dos investidores. Os dados divulgados revelaram-se mais positivos e favoreceram os mercados da região. No início do mês, um acordo entre os credores europeus e a Grécia permitiu que o programa de assistência financeira ao país fosse estendido por mais quatro meses, o que favoreceu as bolsas europeias, que fecharam o mês acumulando a terceira alta consecutiva. **China**. Os sinais divulgados pela economia chinesa ainda são de desaceleração. O governo já está lançando mão de novos estímulos fiscais e monetários desde o início do ano como: isenção de impostos para empresas e investidores locais, além de flexibilização de regras para o setor imobiliário. O rumo da economia ainda afeta bastante o mercado de commodities, principalmente o minério de ferro, que continua sua trajetória de queda. O país continua com crescimento a uma taxa elevada, porém abaixo da esperada pela autoridade monetária do país, que é ao redor de 7%. **Brasil**. Permanecem as preocupações dos investidores com relação à desaceleração econômica e implementação das medidas fiscais propostas pelo Ministério da Fazenda. Um fator que ajudou os mercados foi a manutenção do rating soberano brasileiro, com perspectiva estável, promovida pela agência da S&P. Com as chuvas ocorridas em março, os receios em relação à crise hídrica diminuíram, porém, ainda existem expectativas em relação ao mês de abril, último mês do período úmido. A maior parte dos dados domésticos, seguem mostrando uma economia em ritmo bastante lento, com redução dos níveis de confiança dos agentes econômicos. A inflação continua persistente ao redor de 7,5% ao ano, em grande parte devido ao forte aumento dos preços administrados (aumentos anuais de cerca de 9,5%), e à maior pressão cambial, consequência da desvalorização do real frente ao dólar. Não menos importante, o ciclo monetário segue de aperto, com previsão de que a taxa Selic alcance

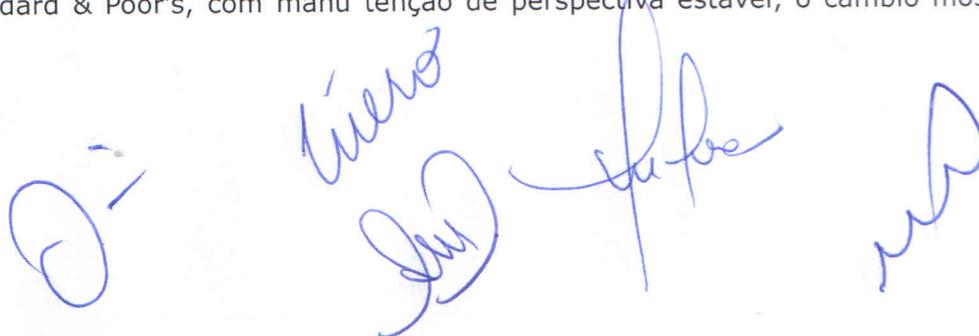
The image shows several handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. The signatures are stylized and appear to be of the individuals mentioned in the text above, such as Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osieo Hecher, Sílvia Moraes Stefani Lima, and Sirleide da Silva. The word 'Lúcio' is also written in blue ink, possibly as a signature or a note.

13,50% no final do ano. O Banco Central em seus comunicados argumenta que o pior momento da inflação foi o primeiro trimestre de 2015, muito em função do forte aumento das tarifas de luz e gasolina. Acredita também que estamos em um processo de ajuste no qual a demanda na economia tende a recuar de maneira importante e permanecer em ritmo de crescimento moderado, e sugere que o mercado de trabalho mostrará números mais fracos e a taxa de desemprego, em razão disso, poderá aumentar. Já existe o consenso no mercado de que a atividade econômica entrará no campo negativo em 2015, e parece que o Banco Central também compactua com esse cenário. Porém ele tem enfatizado que a inflação para 2016 cairá para patamares de 4,5% (centro da meta), portanto os analistas financeiros acreditam que o Copom continuará o processo de aumento da Selic para 13,5% nas duas próximas reuniões. Apesar de todas as tensões e dificuldades enfrentadas pelo governo, o rating do Brasil foi mantido em BBB- (com perspectiva estável) pela agência classificadora de riscos internacional Standard & Poor's. Em nota, a agência afirmou que a manutenção da nota brasileira reflete a expectativa de que o ajuste fiscal em curso terá apoio da presidente Dilma Rousseff e do Congresso Nacional, apesar do cenário político e econômico desafiador. Por outro lado, a agência de riscos Moody's publicou relatório que deixa a sensação de que o País poderá não escapar de um rebaixamento da sua nota no curto prazo. Segundo a Moody's, a deterioração das condições econômicas e o crescente descontentamento social aumentam a incerteza sobre as perspectivas para o Brasil no curto prazo, adicionando potencialmente pressão sobre a confiança de empresários e consumidores, os quais já estão em níveis recordes de baixa. O real seguiu sendo uma das moedas que mais perdeu valor, e os juros futuros subiram consideravelmente, acompanhando a moeda por medo dos efeitos do repasse cambial sobre a inflação. As contas fiscais terminaram o ano de 2014 muito deterioradas, com déficit primário de 0,6% do PIB. Além disso, as perspectivas para a atividade econômica ficam piores a cada mês que passa, com muitos economistas apostando na queda de 1% a 2% do PIB nesse ano, o que deve fazer as receitas fiscais caírem ainda mais em termos reais. Tudo isso faz com que o ajuste fiscal necessário para chegar à meta desse ano do ministro da Fazenda, Levy, de 1,2% do PIB de superávit, seja de mais de 1,8% do PIB, equivalente a um ajuste de pelo menos R\$ 100 bilhões. Boa parte do ajuste anunciado até agora foi de aumento de receitas e corte de despesas que independem da aprovação do Congresso (algo em torno de 80% das medidas independem do Congresso).

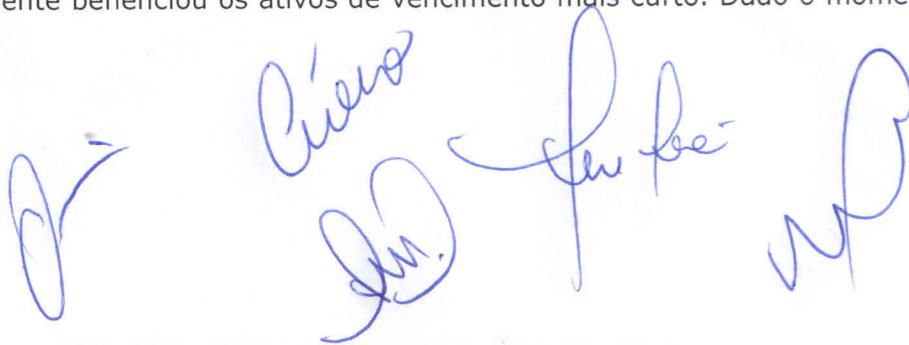
**Inflação.** O IPCA de março acelerou para 1,32%. Nas primeiras três divulgações do ano, a inflação acumulada foi de 3,83%. Essa é a maior variação trimestral desde 2003. Por sua vez, em 12 meses, a inflação ficou em 8,13%. O fato marcante da inflação no início de 2015 tem sido o comportamento dos itens administrados, que já subiram 8,45% no período (energia elétrica, ônibus urbano e intermunicipal, gasolina, etc.). As expectativas de inflação para 2015 continuam se elevando, baseadas fundamentalmente na revisão das projeções dos itens administrados. Para os meses seguintes, a inflação mensal será menor devido a ausência de alguns reajustes ocorridos no primeiro trimestre, além do menor impacto sazonal de determinados itens.

**Juros.** As taxas de juros domésticas registraram importante viés de alta ao longo do mês de Março. O movimento verificou-se tanto na ponta curta quanto nos contratos com vencimento mais longo. Durante todo o mês, as taxas de juros futuros mostraram-se bastante sensíveis ao movimento do câmbio no Brasil. O movimento de elevação das taxas, a despeito de ter deslocado toda a estrutura, mostrou-se mais intenso na ponta longa da curva, fruto possivelmente de uma maior percepção de risco dos investidores diante das ameaças à condução do ajuste fiscal.

**Câmbio.** O Real deu continuidade ao movimento de desvalorização já verificado em Fevereiro, porém de forma ainda mais intensa. A moeda brasileira fechou o período cotada a R\$ 3,21, com perdas de -11,5%, maior queda desde os -16,8% de setembro de 2011. No ano, as perdas somam -20,7% e, em doze meses, -41,8%. Ao longo do mês, declarações de membros do governo e o próprio Relatório de Inflação do Banco Central mostraram baixa propensão dos responsáveis pelas políticas econômicas em manter a taxa de câmbio artificialmente valorizada. Aliado a isso, a piora do cenário político, colocando em risco a continuidade e a efetivação das medidas de ajuste fiscal e, em última análise, aumentando as chances de rebaixamento do rating soberano, acabaram contribuindo para o movimento. Assim, a moeda atingiu o pico de R\$ 3,30 em meados do mês, sendo que, após a confirmação da nota soberana pela Standard & Poor's, com manutenção de perspectiva estável, o câmbio mostrou

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. There are four distinct signatures, including one that appears to be 'Luis' and another that is more stylized.

certa descompressão, fechando o mês mais próximo de R\$ 3,20. **Renda Variável.** A bolsa brasileira encerrou o mês com uma queda de -0,84%, aos 51.150 pontos. Parece uma pequena oscilação, porém a volatilidade ao longo do mês não foi desprezível. O Ibovespa chegou a atingir a mínima de 47.904 pontos, recuperando-se para a máxima de 52.308, no dia 25/03, uma oscilação de mais de 9% entre a mínima e a máxima. Os setores que tiveram a performance mais positiva no mês foram: papel e celulose, agronegócio, siderurgia e serviços financeiros. Do lado negativo, estão: mineração, transporte e logística e bancos. Fatores políticos influenciaram de maneira importante o mercado, sendo que notícias relacionadas à aprovação ou não do ajuste fiscal requerido pelo governo têm tomado destaque. As ações de Petrobras também contribuíram para a alta, de forma mais modesta, com as notícias sobre a possível publicação do balanço. Como destaque negativo, temos a queda de 16% nas ações da Vale, como consequência da queda dos preços do minério de ferro, que sofre em função da redução da atividade econômica da China. Pode-se dizer que os eventos mais observados e que mais tiveram efeito na Bolsa nestes primeiros três meses do ano foram as reuniões do Fomc (Federal Open Market Committee). Dados acima do esperado no número de empregos dos EUA acabaram causando efeito negativo nos nossos mercados, já que criou a expectativa de que o aumento do juro norte americano viesse antes do esperado. Passada a última reunião, realizada em março, o comunicado do comitê acabou por retirar a expressão "paciente" ao se referir ao primeiro aperto monetário dos EUA desde 2006. A mudança animou os investidores que foram às compras. A entrada de recursos estrangeiros na bolsa seguiu forte, com investidores se aproveitando da depreciação cambial recente, que deixou os ativos brasileiros mais atrativos em dólares. E foi exatamente a retomada do fluxo positivo que seguiu o mercado de ações no mês. **Renda Fixa.** No mercado de renda fixa, a volatilidade também foi alta. Esse movimento de alta nas taxas ocorreu principalmente pela forte desvalorização do Real que assim sinaliza para uma inflação maior no futuro. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real. A decisão do Copom em elevar a taxa Selic para 12,75% ao ano não pesou nos negócios, pois já vinha sendo precificada pelo mercado. Dentre os investimentos de renda fixa, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas. As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. **Taxa DI.** Por estar majoritariamente pós-fixado, tem baixa volatilidade de mercado. O atual ciclo de alta de juros favorece esta classe de fundos, pois os retornos absolutos tendem a ficar mais atrativos. **IRF-M 1.** O mercado de juros futuros de até 1 ano, apresentou um novo movimento de alta nas projeções. A estrutura a termo subiu com a piora das expectativas de inflação, juntamente com a intensa depreciação cambial que levaram o mercado a projetar um maior aperto monetário por parte do Copom (Comitê de Política Monetária). Incertezas relacionadas ao cenário político e econômico deterioraram os ativos brasileiros. O índice IRF-M1 apresentou um retorno positivo no mês de 0,93%, abaixo do índice de referência da indústria de fundos (CDI), que rendeu 1,04%. A rentabilidade em 12 meses foi de 11,13%, equivalente a 98,93% do CDI. Para o mês de Abril, mesmo com indicadores ainda ruins de inflação, câmbio e dados fracos de atividade a serem divulgados, a melhora relativa dos indicadores de confiança da nossa economia podem baixar as projeções de juros de curto prazo, por isso, o índice pode apresentar um retorno maior do que o CDI no mês. **IMA-B.** Em março, a curva de juros reais elevou-se de forma mais relevante nos vértices mais curtos, embora o impacto maior tenha sido observado sobre os preços dos títulos mais longos. Estão associados a esse movimento, a elevação do Dólar e do risco país. Assim, o IMA-B 5 registrou ganho de 1,0294%, ao passo que o IMA-B 5+ registrou perda de 1,0206%. O IMA-B Total encerrou o mês com um resultado negativo de 0,2836%. Para abril, espera-se recuperação nos preços dos ativos, com queda moderada nas taxas das NTN-B, principalmente no segmento longo. Incertezas quanto ao ritmo de recuperação da economia americana, acrescido da recente manutenção do rating do Brasil pela Standard & Poor's dão suporte a essa perspectiva. Dado o momento de incertezas e volatilidade do mercado que estamos vivenciando no Brasil, a estratégia mais defensiva buscando uma posição passiva em relação ao benchmark tem se mostrado satisfatória. Vale notar que o índice IMA-B é uma boa opção de investimento para investidores com perfil de investimentos de longo prazo. **IMA-B5.** A alta inflação corrente beneficiou os ativos de vencimento mais curto. Dado o momento de



incertezas e volatilidade do mercado que estamos vivenciando no Brasil, a recomendação é de estratégia mais defensiva. Vale notar que o índice IMA-B5 é uma boa opção de investimento para investidores com perfil moderado. **No mercado financeiro, só investimentos em dólar e ouro batem inflação no trimestre.** O ouro e os fundos cambiais lideraram o ranking de aplicações no primeiro trimestre, período em que poucos investimentos financeiros conseguiram superar a inflação no país. O trimestre foi marcado pela escalada da moeda americana devido à instabilidade política no país e por dúvidas sobre quando os Estados Unidos voltarão a subir os juros, movimento que tende a retirar dinheiro de países como o Brasil. O dólar subiu 21% nos três primeiros meses de 2015. Foi a maior variação da moeda norte-americana vista em um primeiro trimestre desde 1999, após o fim do regime de câmbio fixo no Brasil. Apesar de a Taxa Selic ter atingido 12,75% ao ano em março, maior patamar desde março de 2009, os fundos DI e os de renda fixa, que se beneficiam das taxas elevadas, perderam para a inflação. No trimestre, os fundos de renda fixa tiveram valorização de 2,47%, enquanto os fundos DI tiveram ganho de 2,23% no período. O ouro teve uma valorização de 21,1% no trimestre e de 30,64% em 12 meses. Os motivos foram a alta do dólar e instabilidades geopolíticas no Oriente Médio e na Ucrânia, mas principalmente as compras da commodity feitas no ano passado pelos bancos centrais. Os fundos cambiais, que também seguem a moeda americana, subiram 17% no trimestre e 30,64% em 12 meses. **Perspectivas.** Os mercados devem permanecer sensíveis aos desdobramentos das tensões políticas entre o Congresso e o Governo Central. A inflação segue pressionada. Os reajustes de uma série de preços administrados, como combustível, tarifas de transporte urbano e, principalmente, preços de energia, tem afetado em cheio a inflação. A partir de abril, o impacto tende a se dissipar e o índice de inflação deve cair pela metade, mas ainda assim deve ficar acima da média padrão para o quarto mês do ano. A próxima reunião do Copom, marcada para 28 e 29 de abril, mostrará o posicionamento de seus membros em relação ao ajuste necessário. Hoje, as apostas estão direcionadas para aumento entre 0,25 e 0,50 ponto percentual, o que levaria a taxa Selic para ao menos 13,00% ao ano. Neste contexto, a recomendação para a renda fixa é manter uma carteira posicionada nos vértices mais longos em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI, IRF-M 1 ou IMA-B 5. Na renda variável, manter uma exposição reduzida e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** no mês de março: Imobiliário (5,52%), Meta Atuarial (2,01%), CDI (1,03%), IMA-B 5 (1,03%), IRFM 1 (0,93%), Patrimônio (0,59%), IMA-B Total (-0,28%), IRFM Total (-0,33%), IRFM 1+ (-0,57%), Ibovespa (-0,84%), IBRX-50 (-0,87%), IMA-B 5+ (-1,02%), Dividendos (-4,14%) e Small Caps (-4,14%). **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** no primeiro trimestre de 2015: Imobiliário (5,63%), Meta Atuarial (5,57%), IMA-B 5 (4,36%), IMA-B Total (3,38%), Patrimônio (3,16%), IBRX-50 (2,91%), IMA-B 5+ (2,83%), CDI (2,81%), IRFM 1 (2,76%), Ibovespa (2,29%), IRFM Total (2,04%), IRFM 1+ (1,64%), Dividendos (-6,21%) e Small Caps (-6,21%). A **Carteira de Investimentos do IPMU** apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no fechamento do primeiro trimestre do ano, aumentado o patrimônio financeiro, que passou de **R\$ 223.247.878,43** (duzentos e vinte e três milhões duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) em fevereiro para **R\$ 224.568.231,85** (duzentos e vinte e quatro milhões quinhentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos) em março. **Meta Atuarial.** Apesar da valorização dos ativos financeiros, a meta atuarial não foi atingida devido a alta variação do índice de inflação: meta atuarial de 5,7567% enquanto o crescimento financeiro foi de 3,1630%, diferença negativa de 2,59% do patrimônio, o que representa R\$ 5.645.975,17 (cinco milhões seiscentos e quarenta e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos). Os **Fundos de Renda Fixa** apresentaram valorização acumulada de R\$ 4.921.101,61 (quatro milhões novecentos e vinte e um mil cento e um reais e sessenta e um centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** apresentou valorização acumulada de R\$ 1.903.444,21 (um milhão novecentos e três mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos). Os **Fundos de Renda Variável** apresentaram desvalorização de R\$ 83.578,15 (oitenta e três mil quinhentos e setenta e oito reais e quinze centavos). **Diversificação dos investimentos:** a-) Fundos DI (R\$ 63.831.703,05 - sessenta e três milhões oitocentos e trinta e um mil setecentos



e três reais e cinco centavos, correspondendo a 28,42% do PL), b-) Fundos IRFM 1 (R\$ 44.549.500,61 – quarenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos reais e sessenta e um centavos, correspondendo a 19,84% do PL), Títulos Públicos IPCA (R\$ 43.790.741,01 – quarenta e três milhões setecentos e noventa mil setecentos e quarenta e um reais e um centavos, correspondendo a 19,50% do PL), c-) Fundos IMA-B 5 (R\$ 21.536.230,04 – vinte e um milhões quinhentos e trinta e seis mil duzentos e trinta reais e quatro centavos, correspondendo a 9,50% do PL), d-) Fundos IMA-B (R\$ 20.126.275,56 – vinte milhões cento e vinte e seis mil duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos, correspondendo a 8,96% do PL), e-) Títulos Públicos IGPM (R\$ 14.052.784,44 – catorze milhões cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos, correspondendo a 6,26% do PL), f-) Fundos Crédito Privado IPCA (R\$ 11.771.600,00 – onze milhões setecentos e setenta e um mil e seiscentos reais, correspondendo a 5,24% do PL), g-) Fundos Ibovespa (R\$ 2.659.517,22 – dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e dezessete reais e vinte e dois centavos, correspondendo a 1,18% do PL) e h-) Fundos Ibx-50 (R\$ 2.249.879,92 – dois milhões duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos, correspondendo a 1,00% do PL).

**Aplicação de recursos por Instituição Financeira:** a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 46.763.946,78 (quarenta e seis milhões setecentos e sessenta e três mil novecentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos) correspondendo a 20,82% do PL, b-) Santander: R\$ 35.922.930,76 (trinta e cinco milhões novecentos e vinte e dois mil novecentos e trinta reais e setenta e seis centavos) correspondendo a 16,00% do PL, c-) Itaú: R\$ 33.344.934,80 (trinta e três milhões trezentos e quarenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) correspondendo a 14,85% do PL, d-) Banco do Brasil: R\$ 31.330.841,37 (trinta e um milhões trezentos e trinta mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 13,95% do PL e e-) Bradesco: R\$ 19.362.052,69 (treze milhões trezentos e sessenta e dois mil cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos) correspondendo a 8,62% do. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 57.843.525,45 (cinquenta e sete milhões oitocentos e quarenta e três mil quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos) correspondendo a 25,76% do PL.

**Duration das Aplicações.** No encerramento do primeiro trimestre do ano, 49,55% das aplicações estavam alocadas em fundos de longo prazo (18,55% fundos IMA's, 25,76% carteira de títulos públicos e 5,24% fundos de crédito privado), 48,26% das aplicações estavam alocadas em fundos de curto prazo (19,84% fundos IRFM 1 e 28,42% em fundos DI) e 2,19% das aplicações financeiras alocadas em renda variável (2,01% fundos de ações referenciadas e 0,18% em fundos de ações).

**Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010.

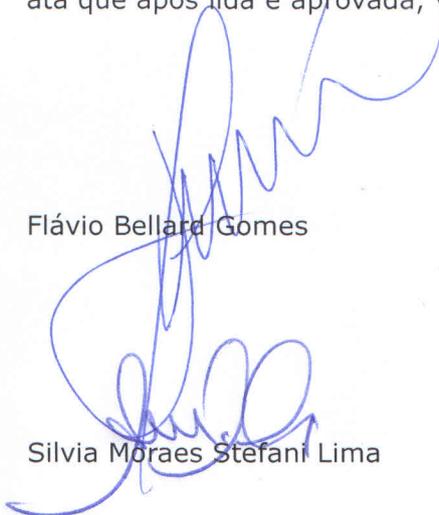
**Fundos de Crédito Privado.** As aplicações nos Fundo de Investimentos – Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014), 5,11% (outubro/2014), 5,08% (novembro/2014), 5,15% (dezembro/2014), 5,15% (janeiro/2015), 5,17% (fevereiro/2015) e 5,24% (março/2015).

**Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do primeiro trimestre do ano, nenhuma aplicação financeira conseguiu superar a meta atuarial de 5,757%: Títulos 2015 (5,42%), Títulos 2024 (5,34%), Caixa Brasil IPCA XII (5,02%), Caixa Brasil IPCA X (4,85%), Santander IMA-B 5 (4,29%), Títulos 2021 (3,74%), Itaú IMA-B (3,27%), Bradesco DI (2,86%), Santander DI (2,85%), Caixa DI (2,82%), Itaú IRFM 1 (2,70%), Brasil IRFM 1 (2,26%), Santander Seleções Top Ações (2,05%), Santander Ibovespa (1,73%) e Caixa IBRX-50 (-0,71%), SulAmérica Total Return (-14,15%).

**Desempenho financeiro dos Fundos de Investimentos em Renda Variável:** Caixa IBRX-50 (desvalorização acumulada de R\$ 1.250.120,78 - um milhão duzentos e cinquenta mil cento e vinte reais e setenta e oito centavos, Santander Ibovespa Ativo (desvalorização acumulada de R\$ 463.055,30 - quatrocentos e sessenta e três mil cinquenta e cinco reais e trinta centavos) e Santander

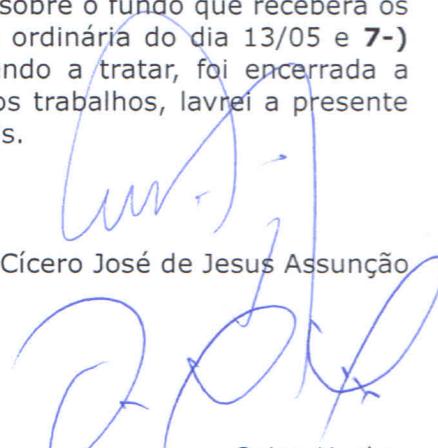


Seleções Top Ações (valorização acumulada R\$ 26.582,61 - vinte e seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos). **ESTRATÉGIA DE APLICAÇÃO. 1-)** Recursos novos (contribuição previdenciária patronal e servidor, pagamento da parcela da dívida previdenciária e compensação previdenciária) deverão ser aplicados no fundo Santander IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa. Alocações no IMA-B5 protegem a carteira do risco inflacionário, tendem a se beneficiar da alta das suas inflações implícitas, tem potencial de cumprimento da meta atuarial, apresenta menor volatilidade em relação aos IMA's longos, o que favorece os investidores conservadores; **2-)** Resgate para a pagamento da folha dos aposentados e pensionistas, deverá ser realizado do fundo Santander Corporate DI; **3-)** Acompanhamento da performance do fundo Caixa Brasil DI que apesar de estar acompanhando o índice (2,81% índice e 2,82% fundo) está abaixo dos fundos Bradesco Referenciado DI Premium (2,86%) e Santander Corporate DI (2,85%); **4-)** Acompanhamento da performance do fundo BB Previdenciário Renda Fixa IRFM 1 (2,61%) que está abaixo do fundo Itaú Soberano IRFM 1 (2,70%) e Índice DI (2,768%); **5-)** Acompanhamento da performance do fundo de renda variável Santander Seleções Top Ações (-6,25%/janeiro, 9,37%/fevereiro e -0,481/março), que no fechamento do primeiro trimestre ao ano apresenta performance melhor que o fundo Santander Ibovespa Institucional Ações (-5,94%/janeiro, 9,30%/fevereiro e -1,06/março); **6-)** Deliberação sobre o fundo que receberá os recursos das 5.750 NTN-B que vencerá no dia 15/05 na reunião ordinária do dia 13/05 e **7-)** Manutenção das demais aplicações financeiras. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.



Flávio Bellard Gomes

Silvia Moraes Stefani Lima



Cícero José de Jesus Assunção

Osieo Hecher



Sirleide da Silva